



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REGULARIZAÇÃO E MELHORAMENTO DE CAMADA DE ROLAMENTO EM ARRUAMENTOS DO PERIMETRO URBANO, COM SERVIÇOS DE REPERFILAGEM ASFÁLTICA, RECUPERAÇÃO DE BASE, TAPA BURACO, SINALIZAÇÃO E OUTROS, COM RECURSOS PRÓPRIOS DESTA MUNICIPALIDADE.

1. INTRODUÇÃO

O Presente instrumento foi elaborado como ferramenta de planejamento da futura contratação de empresa para execução de restauração e melhoramento de pavimentos urbanos do município de Dois vizinhos – PR, neste projeto são contemplados serviços como recuperação de base de pavimento, recuperação de capa, além de serviços de recapeamento e sinalização horizontal afim de aumentar a vida útil dos pavimentos urbanos, melhorando a comodidade e segurança aos usuários das vias do nosso município.

Com a nova Lei de Licitações o ETP este passou a ser um instrumento imprescindível e integrante da fase interna de planejamento, que serve, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, propiciando eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos, posto que a realização de estudos previamente delineados por vezes conduz o agente público ao conhecimento de novas metodologias ofertadas pelo mercado.

Tendo em vista que os itens escolhidos para contratação são de utilização indispensáveis para a execução da obra em questão, para o qual a justificativa para a contratação, entretanto o estudo mostra outras análises que em outros momentos não eram realizadas quando da formalização do pedido de compra.

Este estudo poderá servir como parâmetro para as contratações formalizadas pelas diversas Secretarias Municipais que apesar de poderem encaminhar licitações sob a égide da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, deverão se adaptar aos instrumentos de planejamento desde já. Este instrumento de planejamento está instruído de acordo com o art. 18 § 1º da NLLCA.

2. NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM A FUTURA CONTRATAÇÃO

Serviços de pavimentação

- DER-ES-PA-01-23 Regularização do Subleito
- DER-ES-PA-02-23 Preenchimento de Rebaixos de Corte em Rocha
- DER-ES-PA-03-23 Macadame Seco
- DER-ES-PA-04-23 Macadame Hidráulico
- DER-ES-PA-05-23 Brita Graduada
- DER-ES-PA-07-23 Camadas Estabilizadas Granulometricamente



- DER-ES-PA-13-23 Reparo Profundo
- DER-ES-PA-17-23 Pinturas Asfálticas
- DER-ES-PA-21-23 Concreto Asfáltico, Usinado à Quente
- DER-ES-PA-22-23 Misturas Asfálticas Abertas, Usinadas à Quente
- DER-ES-PA-27-23 Demolição de Pavimentos
- DER-ES-OC-13-23 Meios-Fios

Serviços de sinalização e segurança viária

- DER-ES-SV-01-23 Sinalização Horizontal com Tinta à Base de Resina Livre, Retrorrefletiva
- DER-ES-SV-02-23 Sinalização Horizontal com Tinta à Base de Resina Acrílica Emulsionada em Água, Retrorrefletiva

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da NLLCA)

Tendo em vista o exponencial crescimento da frota veicular de nosso município que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de veículos registrados de quase 40.000 unidades, sem levar em consideração os veículos de outras localidades que transitam pelo no município, a população e os usuários das vias buscam novas rotas trafegáveis afim de evitar os pontos de acúmulo de trânsito, sendo assim, como este recurso se trata exclusivamente de infraestrutura pavimentos, o município por sua vez viu a oportunidade de melhorar a malha viária pavimentada do município, atendendo desta vez um conceito mais amplo quanto a pavimentação asfáltica, neste projeto será atendido vias que encontra-se em estado de conservação prejudicado mas também assim como vias de bairros onde o trânsito é menor, porém são ruas que se não preservadas nesta fase através destas intervenções, futuramente apresentarão problemas estruturantes e demandarão maiores recursos para conservá-las.

Portanto a escolha dos serviços de pavimentação para estes trechos representa economicidade, segurança e agilidade à população que transita por este trecho, pois a mesma proporciona e população uma malha viária com uma estrutura de qualidade e que facilita o deslocamento e de celeridade a chegada aos destinos gerando economia ao usuário da via e ao município uma vez que melhorias na pavimentação aumentam a vida útil do pavimento, e geral economicidade ao deixar de executar serviços de reestruturação geral do pavimento.

Ressaltamos que esta obra tratasse de uma pavimentação sobre o pavimento poliédrico, e o projeto visa reaproveitar a estrutura de pavimentação existente, melhorando o mesmo, aumentando a capacidade estrutural deste pavimento existente e consequentemente aumentando a vida útil do mesmo.

4. ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO ANTERIOR

No exercício de 2022 e 2023 o Município de Dois Vizinhos realizou várias licitações que tem o mesmo objetivo desta contratação, podemos citar a exemplo Tomada de preços 004/202, Concorrência 016/2022, Concorrência 013/2022.



Vale ressaltar que todos estes processos licitatórios possuem a mesma metodologia construtiva propostas para esta obra, todos estes certames obtiveram êxito nos seus resultados licitatórios.

Neste ainda informamos que por se tratar de recursos derivados de emendas especiais, os padrões orçamentários seguirão pelo orçamentista que utilizará as planilhas Orçpav do Paraná cidade que utiliza como referencia os itens, serviços e preços de referencia do DER- PR, sendo esta a opção amis adequada.

Para este certame ressaltamos que a planilha de referência de valores utilizado neste orçamento será a planilha Orçpav. do Paraná Cidade com mês de setembro de 2023 com valores de insumos de petróleo atualizado pela ANP mais atualizada até o momento.

5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da NLLCA)

Levando em consideração que se trata de pavimentos existentes por se tratar uma obra de restauração e recapeamento de pavimento existentes, o qual já possui uma base consolidada em pavimento poliédrico optamos pela execução de um recapeamento em uma fase de reperfilagem sobre poliédrico, além dos serviços de recuperação de base onde o pavimento apresentar instabilidade, correção de meio fios e sinalização horizontal, afim de dar funcionalidade ao pavimento.

Sendo esta solução acima a mais tradicional e rotineiramente utilizada, além de que este método de reaproveitamento da infraestrutura existente, gera uma economia, pois em outros métodos como o de pavimento rígido em concreto exigiria a remoção do pavimento poliédrico e a execução de bases e sub-bases pétreas granularmente estabilizadas, o que aumentaria o custo efetivo da obra, além de que outros métodos regionalmente poucas empresas estão aptas ou que possuem qualificação técnica suficiente para execução do empreendimento.

Vale ressaltar que por se tratar de uma via rural consolidada, o trecho não necessita intervenções de drenagem em grande escala uma vez que o trecho já possuir o sistema de drenagem consolidado, cabendo ao projetista a análise do sistema e sua funcionalidade e caso necessário sua complementação, em caso de necessidade de complementação do sistema de drenagem caberá a Secretaria de Aviação e obras Executá-las.

Saliento que no mercado existem outros métodos construtivos disponíveis como a implantação de novos pavimentos flexíveis, ou até mesmo pavimentos em concreto armado, porem estes métodos se utilizados necessitam de altos investimento além de readequação do sistema de drenagem em função das obras de terraplanagem, além de que outras etapas necessárias nesses métodos elevaria o custo do investimento e inviabilizaria a referida obra.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da NLLCA)

A empresa licitante deve apresentar um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome do profissional responsável pelos serviços, que comprove(m) aptidão para fornecimento pertinente e compatível com o objeto licitado.



A licitante deve apresentar Certidão de Acervo Técnico: Certidão de acervo técnico (CAT emitido pelo conselho de classe profissional) bem como o atestado de capacidade técnica (emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado) do profissional e da empresa licitante, que ateste a execução de obras com características semelhantes aos serviços a serem contratados, sendo que ambos devem ser emitidos ou cancelados pelo CONSELHO DE CLASSE, de acordo com a Lei nº 14.133/2021. A apresentação de ART/RRT ou documento equivalente (Anotação de Responsabilidade Técnica/Registro de Responsabilidade Técnica), por si só, não será aceita como acervo técnico profissional, pois não se caracteriza como um documento que comprove a execução de um serviço. As quantidades exigidas como acervo deste edital estão em acordo com a Lei nº 14.133/2021, Obs.: Os serviços de maior relevância e valor significativo são as seguintes:

Tipo de Obras: **PAVIMENTAÇÃO OU RECAPEAMENTO ASFALTICO.**

- Como no momento ainda não se sabe o quantitativo a ser executado e este depende do projeto técnico recomendamos que seja exigido de acervo o total de 50% dos itens de maior relevância do orçamento estimativo, dê de este atenda o o § 1º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.
- Comprovação de que o responsável técnico indicado, pertence ao quadro da empresa;
- Relação de disponibilidade de veículos, máquinas e equipamentos a serem disponibilizados para a execução dos serviços. Deverá ser apresentado a relação de veículos, máquinas e equipamentos conforme análise do projeto, constando o nome, nº do RG, assinatura do responsável legal e nome, número do registro no CREA e assinatura do responsável técnico indicado, com declaração expressa de sua disponibilidade durante a execução;
- Declaração de usina de asfalto própria ou de terceiros com a respectiva licença operacional em vigor. Se de terceiros apresentar termo de compromisso de fornecimento ou de usinagem de CBUQ e a usina deverá estar instalada a uma distância máxima do local da obra de 100 km.

7. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da NLLCA)

Baseamos as quantidades pretendidas em função do projeto de um levantamento prévio da área do trecho a serem executados neste empreendimento, sendo que estipulamos as quantidades levando em consideração, outras obras similares já licitadas pelo município num total aproximado de 12.000,00 m2 de área de pavimentação.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da NLLCA)

Salientemos que como este é um serviço rotineiro e que possui muita demanda em nossa regional, e em nossa região aqui possuímos várias empresas que prestam este tipo de serviço, portanto optamos por referenciar os preços pela planilha da Orçpav do paraná cidade que segue as referencias de preços do DER PR, sendo estas as referências de maior confiabilidade do mercado.



Informamos ainda que após este fizemos uma análise aos valores das licitações acima descritas, vimos que os valores apesar da disparidade de tempo não alteraram significativamente.

Portando valor estimado para a presente contratação de aproximadamente 83,00 R\$/m² levando em consideração que os trechos escolhidos para o investimento possuem em conjunto um total de 12.000,00m² teremos um valor estimativo de contratação de R\$ 1.000.000,00 (um Milhão de Reais), já levando em consideração que para serviços (OBRA) o BDI é de 22,22% e para matérias e equipamento é de 18,38%.

Salientamos que este valor é somente uma estimativa, devendo o projeto executivo e o seu trecho de referencia apresentar o valor real do investimento após análise das especificidades da obra.

9. JUSTIFICATIVA PARA AGRUPAMENTO DE COTAS (art. 18 § 1º inciso VIII da NLLCA)

Não se pretende realizar a divisão do objeto por meio de grupos, cotas ou lotes, em razão da natureza do objeto por se tratar de uma pavimentação, a separação dos serviços pode comprometer a qualidade dos serviços a serem prestados, uma vez que várias empresas poderiam ser responsabilizadas por má execução de um grupo de serviços específicos.

Outro fator que colabora para que não haja subdivisão dos serviços em grupos específicos é que conclusão efetiva dos mesmos, pois atrasos de quais quer etapa pode acarretar em paralizações da obra em questão atrasos na conclusão de outras etapas executivas, o que compromete a funcionalidade da pavimentação a ser entregue a população.

Sugerimos que o fornecedor seja selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade e forma escolhidas pela administração, des de que haja previsibilidade na nova lei de licitações A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da NLLCA)

No momento salientamos que para esta contratação não possui contratações correlatas uma vez que a prestação deste serviço ocorrerá de forma completa dès da recuperação da base até a sinalização vertical e horizontal, não necessitando outras contratações para que a obra possuía a devida funcionalidade.

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da NLLCA)

Tendo em vista os fatos acima aduzidos, que compreende na contratação da prestação de serviços de engenharia para execução de restauração e recapeamento de pavimentos e das condições de tráfego dos mesmos, vimos que a solução proposta é a mais tradicional, econômica e rotineira encontrada em nossa região, pois a mesma visa primeiramente corrigir pontos deficitários do pavimento existente, fazer um melhoramento/reforço da camada de rolamento através do recapeamento em massa



asfáltica e por fim garantir a regulamentação de trânsito através da sinalização dos trechos, garantindo assim um acesso rápido seguro e funcional a população que deseja acessar a malha viária do município.

Portanto pode-se dizer que é a solução adotada é a melhor do ponto de vista econômico e técnico, sendo esta obra imprescindível para que o município obtenha sucesso na qualidade de vida e no deslocamento de pessoas e produtos deste município.

12. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da NLLCA)

Informamos que a referida obra não está prevista no Plano Anual de Compras, por se tratar de um recurso esporádico, disponibilizado pela administração desta municipalidade, portanto, não previsto dentro do plano anual de compras desta municipalidade.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da NLLCA)

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal técnico e seu suplente e o fiscal administrativo designados para o contrato são servidores experientes, estarão lotados na secretaria de planejamento e não terão dificuldade na fase de execução contratual uma vez que este tipo de serviço é rotineiro e comum, sendo que os memos serão indicados no Termo de Referência desta contratação.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Juscelino Thomazi.
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Raul Zanella
Fiscal Técnico:	Raul Zanella
Suplentes:	Marcio Trentini

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da NLLCA)

Salientamos que a prestação destes serviços não impacta diretamente em questões ambientais, pois os serviços prestados pois os materiais aplicados como o CBUQ chegam prontos ao trecho e não dissipam elementos químicos contaminantes uma vez que estes sejam executados dentro dos quesitos normativos, já o processo de usinagem do material que demanda de queima ou aquecimento de materiais possuem filtros e procedimentos e geralmente são licenciados pelo órgão ambiental.

Já os possíveis resíduos gerados pela pavimentação serão de responsabilidade da empresa contratada fazer a relocação e a correta destinação do mesmo, sempre é claro com a devido acompanhamento do fiscal técnico ou seu suplente.



Salientamos ainda que a execução destes serviços a serem contratados por este ETP não, agride e não deixa exposto resíduos que possam comprometer o meio ambiente a logo prazo.

Porem o município neste exige que a contratada deva adotar boas práticas de conduta afins de eliminar ou minimizar possíveis impactos não previstos neste:

- Efetuar o descarte de materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental adotada pelo órgão ambiental.
- Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE.
- Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;
- Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução local na execução dos serviços;
- Providenciar o recolhimento dos materiais inservíveis e dos recipientes de tintas, vernizes, óleos e solventes originários dos serviços executados, para posterior repasse às empresas industrializadoras, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada, demonstrando os procedimentos utilizados para o recolhimento adequado dos materiais;
- Os materiais empregados pela Contratada deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associação ao produto;
- A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com a marcas e fabricantes dos produtos, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos Impactos ambientais

15. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da NLLCA)

Da contratação do objeto deste ETP espera-se, que o pavimento executado apresente uma boa regularidade superficial, conforto e segurança aos usuários, melhorado assim a malha urbana pavimentada, aumentando na vida útil dos pavimentos trabalhos, reduzindo assim os custos futuros com intervenções estruturais dos pavimentos, além disso esperasse melhorar significativamente capacidade de escoamento do fluxo veicular de cargas e pessoas.

16. RELAÇÃO DE LOCAIS E TRECHOS A SEREM CONTEMPLADOS NESTE INVESTIMENTO.

RUA CLAUDIO GALVAN - TRECHO: Entre: R. Elvira Zenci e R. Henrique Simionato
 RUA HENRIQUE SIMIONATTO - TRECHO: Entre: R. João Miglioranza e Rua do Comércio
 RUA JOÃO MIGLIORANZA - TRECHO: Entre: R. Valdemar Koerich e Rua Claudino Galvan
 RUA FRANCISCO CASTANHA - TRECHO: Entre: R. Elvira Zenci e R. Henrique Simionato
 RUA BALDIR RABAIOLLI - TRECHO: Entre: R. Elvira Zenci e R. Henrique Simionato
 RUA LOURENÇO ZANELLA - TRECHO: Entre: R. Elvira Zenci e R. Henrique Simionato
 RUA SERGIO CALGAROTTO - TRECHO: Entre: R. João Miglioranza e R. Henrique Simionato



RUA LAURINDO MENDES DE PAULA - TRECHO: Entre: R. João Miglioranza e R. Henrique Simionato
RUA JOÃO MIGLIORANZA -TRECHO: Entre: R. Eduardo A. dos Santos e Rua Sergio Calgaroto

17. ANÁLISE DE RISCO art. 18, inciso X da Lei nº 14.133/2021

Assim como toda contratação, vislumbra-se alguns riscos em curso na presente contratação. Incluem-se neste mapa de risco, aqueles que tangiam o processo que permeiam o planejamento da contratação, seleção do fornecedor, execução do objeto e a gestão do contrato.

O gerenciamento de risco permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

Entende-se por ação preventiva, ações e serem tomadas, com base no desenho do mapa de risco, de forma de prevenir a ocorrência dos riscos. Ações de contingência, no são ações a serem tomadas na ocasião onde os danos começarem a ocorrer, com a materialização dos riscos previstos.

Serão utilizados parâmetros escalares para representar os níveis de probabilidade e impacto que após a multiplicação, resultarão nos níveis de risco, que direcionarão as ações relacionadas aos riscos durante todas as fases de contratação (planejamento, seleção do fornecedor, execução do empreendimento e gestão do contrato).

Classificação da Probabilidade (P)
<u>Classificação</u>
Baixa
Media
Alto

Classificação do Impacto (I)
<u>Classificação</u>
Baixa
Media
Alto

RISCO 01 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INSUFICIENTE

(X)	Planejamento da Contratação					
()	Execução do Objeto					
()	Seleção do Fornecedor					
()	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	()	Média	(x)	Alta
DANO						
A empresa não receber ou receber com atraso pelos serviços executados.						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 - Fazer a gestão do recurso junto ao ministério fornecedor do recurso			1 - Secretaria de planejamento e ações Estratégicas			



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

2 – Acompanhar a execução orçamentária do Município	2 - GMC Do Município/ Fiscalização
Ação de Contingencia	Responsáveis
1 - Revisão do planejamento Orçamentário, ou ainda, Adequação do Contrato com diminuição do Quantitativo Licitado.	1 – Fiscalização/GMC

RISCO 02 – ESPECIFICAÇÃO INSUFICIENTE DO OBJETO

(X)	Planejamento da Contratação					
()	Execução do Objeto					
()	Seleção do Fornecedor					
()	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	()	Baixa	(x)	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	()	Média	(x)	Alta
DANO						
Serviços sendo executados de forma que não abrangem todas as necessidades da administração						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 – Revisão de cada clausula de obrigações da equipe de planejamento da contratada e forma de prestação de serviços			1 – Equipe de planejamento			
2 – Revisão das especificações do projeto			2 – Fiscalização			
Ação de Contingencia			Responsáveis			
1 – Estudar o grau de Insuficiência e Refletir sobre a vantajosidade da contratação			1 – Fiscalização/GMC			

RISCO 03 – FORNECEDOR INCAPAZ DE CUMPRIR O CONTRATO

()	Planejamento da Contratação					
(x)	Execução do Objeto					
()	Seleção do Fornecedor					
()	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	(x)	Média	()	Alta
DANO						



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Interrupção parcial ou total da execução do contrato, deixando a municipalidade a devida comunicação prévia (telefônica, protocolo)

Ações Preventivas	Responsáveis
1 – Verificação de contratações finalizadas da proponente, bem como as especificações do TR e do Contrato.	1 – Equipe de planejamento/Fiscalização
Ação de Contingencia	Responsáveis
1 – Levantamento do % executivo, e compatibilidade com cronograma executivo. 2- Registrar ocorrência, fazer notificações para retomada executiva, aplicar penalidade e sanções previstas	1 – Fiscalização 2 – Fiscalização

RISCO 04 – DEFICIENCIA NA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

()	Planejamento da Contratação				
()	Execução do Objeto				
()	Seleção do Fornecedor				
(x)	Gestão do Contrato				
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta		
Impacto:	() Baixa	(X) Média	() Alta		
DANO					
Fiscal do Contrato deixar de cumprir as verificações necessárias quanto a execução dos serviços prestados, não notificar a empresa quando agir em desacordo com o proposto em contrato.					
Ações Preventivas		Responsáveis			
1 – Designar como fiscal de contratos servidores que entendam o objetivo, o funcionamento da contratação e que faça o acompanhamento de todo o processo licitatório.		1 – Gestor do contrato/Fiscalização			
Ação de Contingencia		Responsáveis			
1 – Realizar o Acompanhamento periódico, quanto a execução dos serviços prestados, notificado a empresa, sempre que necessário		1 – Fiscalização/GMC			



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

RISCO 05 – LICITAÇÃO DESERTA						
()	Planejamento da Contratação					
()	Execução do Objeto					
(X)	Seleção do Fornecedor					
()	Gestão do Contrato					
Probabilidade:	(x)	Baixa	()	Média	()	Alta
Impacto:	()	Baixa	()	Média	(x)	Alta
DANO						
Providenciar relançamento da Contratação.						
Ações Preventivas			Responsáveis			
1 – Divulgação da Licitação e Reanalise dos Critérios da contratação			1 – Equipe de Licitação e Equipe de planejamento			
Ação de Contingencia			Responsáveis			
1 – Repetir o processo Licitatório com devido replanejamento			1 – Equipe de planejamento			

Probabilidade de Ocorrência	Alta			
	Media			Risco 02
	Baixa		Risco 03 Risco 04	Risco 01 Risco 05
		Baixa	Media	Alta
Gravidade/Impacto				



18. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Fornecida pelo departamento de contabilidade a baixo segue a dotação orçamentaria para referida obra:

Órgão: 09 Secretaria de viação obras e serviços urbanos

Unidade: 003 Departamento de obras

Projeto ou Atividade 15.451.0008.1052 Pavimentação urbana

Conta da Despesa 4.4.90.51.00.00 Obras e Instalações

Fonte do Recurso 04870 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da NLLCA)

Diante das informações supra, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa para execução deste empreendimento, uma vez que entendemos que este serviço deve ser executado por empresa devidamente qualificada e com boas referências.

Dois Vizinhos, Julho de 2024.

Juscelino Thomazi
Secretário de Planejamento e Ações Estratégicas